



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 6/2019

Reunião Ordinária de 29 de março de 2019

1. ABERTURA

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e trinta e seis minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Administrativa

- 1.1. RIBEIRAPERA – Sociedade para o Desenvolvimento de Castanheira de Pera, E.M., S.A. – Relatório e Contas 2018
- 1.2. Concretização da descentralização de competências no domínio da Saúde – Pronúncia sobre projeto de mapa que identifica os montantes financeiros associados ao exercício anual das competências transferidas no âmbito saúde e os imóveis afetos a cuidados primários de saúde – Ratificação de despacho
- 1.3. Sport Castanheira de Pera e Benfica – Pedidos de cedência dos balneários do pavilhão gimnodesportivo e de transporte, bem como de isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.4. Direção-Geral da Educação - Programa de Educação Estética e Artística – Projeto Residência Artística (R-A) no Agrupamento de Dr. Bissaya Barreto – Apoio
- 1.5. Maria da Piedade Neves Leitão – Pedido de ocupação de via pública – Ratificação de despacho
- 1.6. União Recreativa Sapateirense – Realização de obras de conservação – Pedido de apoio
- 1.7. Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto – Castanheira de Pera – Pedidos de comparticipação de despesas de transporte
- 1.8. Quadrado Acolhedor – Pedido de lugar para estacionamento
- 1.9. Fadas e Alvoradas, Unipessoal Lda. – Pedido de estacionamento privativo

2. Secção Financeira

- 2.1. Balancete
- 2.2. Pagamentos
- 2.3. Alteração às Grandes Opções do Plano de 2019



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 6/2019

Reunião Ordinária de 29 de março de 2019

- 2.4. Alteração ao Orçamento de 2019
3. Secção de Processamentos e de Gestão Contabilística das Águas
 - 3.1. Faturação relativa ao consumo de água / novembro de 2018
4. Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo
 - 4.1. Pedido de confirmação do estado de conservação de imóvel
 - 4.2. Artigo 89.º do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro (dever de conservação do edificado) - Tomada de decisão
 - 4.3. Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes, afetadas pelo incêndio de junho de 2017 – Apreciação de requerimentos e ratificação de despachos
 - 4.4. Projeto da 1.ª Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação - Decisão após consulta pública
5. Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais
 - 5.1. Empreitadas Municipais - Fiscalização e coordenação da segurança em obra – Ratificação de despachos
 - 5.2. Bairro Operário – Construção de muro
 - 5.3. Empreitada Medidas Emergentes nas Áreas de Intervenção Prioritárias de proteção dos recursos hídricos afetados pelos incêndios de 17 a 24 de junho de 2017 – Prorrogação de prazo

IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

2. LEITURA E VOTAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES

A Sra. Presidente informou os Senhores Vereadores que não foi possível concluir as atas que se encontram em atraso, respetivamente a ata n.º 3/2019, de 8 de fevereiro, e a ata n.º 5/2019, de 11 de março, dando conta que as mesmas iriam ser submetidas a votação na próxima reunião de Câmara.

Não se registando intervenções, a Sra. Presidente passou ao ponto seguinte da ordem do dia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Tomando a palavra, a Sra. Presidente propôs um voto de solidariedade pela tragédia ocorrida em Moçambique, bem como um voto de pesar pelas vítimas da mesma.

Seguidamente, a Sra. Presidente informou que decorreram no Município duas auditorias do Tribunal de Contas, uma no âmbito do REVITA e a outra no âmbito da Pinhais do Zêzere;

Na sequência da reportagem transmitida pela TVI onde foi referenciada a existência de alguns bens que se encontram armazenados no concelho, esclareceu que, do que lhe foi informado, a organização que solicitou a guarda dos mesmos (ONG Partagence), sabia das condições físicas do pavilhão onde estes foram acondicionados até porque foi prévia e posteriormente visitar o espaço em causa, tendo referido que pretendia ali armazenar o material apenas por um curto período de tempo, comprometendo-se a diligenciar no sentido da sua rápida retirada daquele espaço.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 6/2019

Reunião Ordinária de 29 de março de 2019

Prosseguindo, informou que foi desencadeada uma ação, há sensivelmente 15 dias, no âmbito da Rede Cultural 2027 e que iria ser promovida uma outra, amanhã em Leiria.

Referiu também que foi remetida uma proposta à Comissão Instaladora da empresa intermunicipal com vista a disponibilizar dois locais para funcionalmente da sede e de um polo.

Esclareceu que por questões de imprevistos não foi possível estar presente um elemento do Executivo no dia em que a CIMRL esteve na BTL, em Lisboa.

Informou que a reunião com o Eng.º Lobo Gonçalves da EDP Renováveis foi realizada no passado dia 25 de março.

Deu nota que foi realizada na semana passada uma reunião da Assembleia Geral da ERSUC e da CESAB;

Informou que a WRC veio informar que irá ser extinta, apesar de já haver uma deliberação anterior, onde manifestamente existia uma intenção de venda das ações o que não foi possível concretizar

Prosseguindo, deu conta que foi realizada uma reunião no âmbito da ADSL no passado dia 27 de março, estando uma outra agendada para o próximo dia 10 de abril, encontrando-se neste momento o processo de Gestão da Zona de Caça da Serra Lousã a aguardar despacho por parte do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e um esboço daquilo que irá ser o projeto destinada à Paisagem Protegida da Serra da Lousã;

Em jeito de balanço até ao momento, informou que foi registado a entrada na autarquia de 34 processos relativos às segundas habitações, encontrando-se 6 aprovados e 5 para aprovar na presente reunião, perfazendo um total de 11, o que corresponde a um valor de €120.000,00. Foram indeferidos 5 processos e encontram-se em fase de audiência mais de 18 processos. Em suma, encontram-se cerca de 32,3% processos aprovados, 14% indeferidos e 52% em fase de audiência.

De seguida informou que a Prazilândia se encontra a ultimar o processo para manutenção do parque infantil localizado no Fórum Activo.

Na sequência do alerta manifestado na anterior reunião por parte do Vereador António Henriques no que respeita à qualidade da pavimentação da empreitada adjudicada à firma Windpark Lda., usou da palavra o Vereador Nuno Tomás, para informar que após ter aferido a situação entendeu fazer presente na reunião as fichas técnicas dos materiais da pavimentação para que os Srs. Vereadores da bancada do PS pudessem fazer a análise às mesmas.

Pegando na intervenção anterior, o Sr. Vereador António Henriques referiu que, efetivamente, as fichas técnicas têm a sua importância numa fase inicial, mas, posteriormente, considera que fará sentido efetuar carotes para análise/ verificação dos materiais aplicados.

Na sequência das informações prestadas pela Sra. Presidente, usou da palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes para lhe pedir que nas próximas reuniões à medida que às for prestando, haja a possibilidade de serem discutidas no momento.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 6/2019

Reunião Ordinária de 29 de março de 2019

Depois lamentou a falta de representação do Concelho no dia da CIMRL na BTL, uma vez que este evento é de extrema importância no que respeita à estratégia e divulgação do Concelho, ainda que compreenda a razão invocada.

Interrompendo, a Sra. Presidente reafirmou que a ausência se deveu efetivamente a imprevistos, até porque sempre manifestou publicamente a sua opinião sobre a importância do evento, tendo, inclusivamente, no ano passado, estado no mesmo de uma forma muito participativa.

Realçou a representação do Município prestada pela Prazilândia, que considerou de grande qualidade comparativamente ao ano passado.

Atalhando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que não colocou em questão o papel e a presença da empresa municipal na BTL, contudo também considerou ser evidente que a empresa municipal não representa o Município.

Prosseguindo questionou como é que decorreu a reunião com o Eng.º Lobo Gonçalves, ao que a Sra. Presidente informou que existe a possibilidade da EDP Renováveis vir a participar as faixas de gestão de combustíveis.

De novo no uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes manifestou insatisfação perante a informação prestada por uma estação de televisão nacional, lembrando que há algum tempo atrás e por temerem o contágio do nome de Castanheira de Pera no processo, os Srs. Vereadores da bancada do PS deixaram o repto para que as entidades que estiveram de alguma forma envolvidas na coordenação das ajudas dos apoios no âmbito da calamidade de 2017 tornassem publico o que é que receberam em donativos e de que forma/critérios foram distribuídos.

No que diz respeito à Câmara Municipal, lembrou que na altura a Sra. Presidente informou que todo o processo/coordenação tinha sido encaminhado para a organização Médicos do Mundo, porém questionou porque é que a Câmara Municipal de Castanheira de Pera não assinou ou não quis assinar “*aquele protocolo*” (com a Partagense, refira-se).

Em resposta, a Sra. Presidente informou ser do seu conhecimento que, ainda que não consiga precisar as datas, houve uma reunião na Casa da Cultura de Pedrógão Grande, com a Médicos do Mundo, a Cruz Vermelha Portuguesa, o REVITA e a Partagense, reunião esta em que não esteve presente.

Complementando a intervenção anterior, o Sr. Vereador Nuno Tomás deu conta que essa reunião ocorreu antes das eleições autárquicas, tendo-lhe sido dito que a Partagense manifestou então intenção de fazer toda a gestão do processo, desde a deslocação a casa das pessoas, verificação das necessidades com a entrega direta dos donativos, intenção que caiu por terra uma vez que esta gestão se encontrava a ser feita pelas entidades mencionadas na intervenção anterior.

Após as eleições, esclareceu que o atual Executivo, única e simplesmente teve parte ativa neste processo diligenciando no sentido de tentar encontrar um espaço para aquela organização armazenar os donativos vindos de França, tal como a mesma havia pedido à Câmara. Inclusivamente, o espaço cedido nem



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 6/2019

Reunião Ordinária de 29 de março de 2019

pertence à Autarquia pois esta não tinha disponível nenhum local adequado para o efeito.

Usando da palavra, o Sr. Vereador António Henriques referiu que na sequência da notícia, dever-se-ia ter feito algo atempadamente para se evitar este tipo de situações.

Em suma o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que toda a gente sabe que a coordenação das ajudas em Castanheira de Pera foi feita com a Médicos do Mundo mandatada pela Câmara Municipal, e que em Pedrógão Grande, do que lhe é dado saber, foi tudo centralizado na Câmara Municipal.

Posto isto e partindo do princípio da informação prestada pela Sra. Presidente há algum tempo atrás, quando referiu que faltavam recuperar 6 imóveis de primeira habitação mais 2 fora do REVITA, questionou se haveriam garantias de apetrechamento dessas habitações, ao que a Sra. Presidente disse que sim.

Continuando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, disse ser muito importante ter em consideração a garantia de que não houve irregularidades por parte do Município na gestão dos donativos em Castanheira de Pera, da mesma forma que quem tem necessidades há de ter condições de vê-las supridas.

Ainda no uso da palavra, questionou em que ponto de situação se encontrava a intenção da Administração da Prazilândia no que respeita às intervenções a efetuar na Praia das Rocas para a próxima época balnear e se estaria em condições de garantir que tudo será efetuado conforme projetado para, nomeadamente, aumentar o número de sombras, entre outras situações, ao que a Sra. Presidente informou que o recinto já se encontra em processo de limpeza/manutenção, os espaços verdes já se encontram a ser intervencionados e, pelo que lhe é dado a saber pelo Sr. Administrador da empresa municipal, tudo está a ser feito para que se concretizem as intenções propostas.

De seguida a Sra. Presidente procedeu à leitura da relação de processos enquadrados no âmbito do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação e que foram objeto de despacho.

Para os devidos efeitos, e na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 24 de novembro de 2017, delegando as competências previstas no n.º 1 e n.º 4 do artigo 5.º do RJUE na Presidente de Câmara, cumre-me informar:

- Proc.º 921/2019 – FIBROGLOBAL – Comunicações Electrónicas – ampliação da rede de comunicações (instalação de 3 postes de betão e 323 M de fibra óptica) – Em 14 de março de 2019 foi proferido o Despacho n.º 13/SPOPU/2019, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante, o qual determinou a aprovação do pedido de autorização.
- Proc.º 5215/2018 – PETROBEIRA, LDA – Ampliação/alteração de edifício - Em 19 de março de 2019 foi proferido o Despacho n.º 14/SPOPU/2019, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante, o qual determinou a aprovação do pedido de arquitetura.

Tomado conhecimento.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 6/2019

Reunião Ordinária de 29 de março de 2019

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este período por encerrado e passou à ordem do dia.

4. RIBEIRAPERA – SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DE CASTANHEIRA DE PERA, E.M., S.A. – RELATÓRIO E CONTAS 2018

Presente o Relatório e Contas da RIBEIRAPERA – Sociedade para o Desenvolvimento de Castanheira de Pera, E.M., S.A. respeitante ao exercício de 2018, apresentado pelo Conselho de Administração da empresa.

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o referido documento, cuja cópia se anexa à presente informação, dela fazendo parte integrante, submete-se, pois, à apreciação da Câmara Municipal, sendo, posteriormente, remetido à Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Tomado conhecimento

5. CONCRETIZAÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA SAÚDE – PRONÚNCIA SOBRE PROJETO DE MAPA QUE IDENTIFICA OS MONTANTES FINANCEIROS ASSOCIADOS AO EXERCÍCIO ANUAL DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS NO ÂMBITO SAÚDE E OS IMÓVEIS AFETOS A CUIDADOS PRIMÁRIOS DE SAÚDE – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente o despacho proferido pela Senhora Presidente da Câmara Municipal em 20/03/2019, na sequência do ofício da Secretaria de Estado das Autarquias Locais com a referência n.º 264/2018, datado de 08/02/2019, alusivo à concretização da descentralização de competências no domínio da Saúde, determinando a pronúncia sobre o projeto de mapa que identifica os montantes financeiros associados ao exercício anual das competências transferidas no âmbito supra mencionado e os imóveis afetos a cuidados primários de saúde, cujas competências de gestão, manutenção e conservação são transferidos para o Município, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 25.º do Decreto – Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro.

Propõe-se que, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o mencionado despacho, nos seus precisos termos.

DISCUSSÃO:

Interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes para deixar uma pequena nota, no sentido de que esta matéria é unanimemente reconhecida como estruturante em termos de gestão autárquica, pelo que a bancada do PS não podia deixar de considerar no mínimo estranho que desta vez não tenham sido chamados a participar numa discussão prévia sobre este assunto.

Neste pressuposto e compreendendo até alguns dos fundamentos que são invocados no despacho a ratificar, referiu que a bancada do PS se iria abster e sugeriu que o Executivo, de uma vez por todas, tenha em linha de conta o diálogo e o debate interno.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 6/2019

Reunião Ordinária de 29 de março de 2019

Depois de mais alguma troca de considerações, usou da palavra a Jurista da Câmara Municipal, Dra. Bernardina Macedo, para esclarecer que, nesta fase, apenas se trata da pronúncia sobre o projeto de mapa que identifica os montantes financeiros associados ao exercício anual das competências transferidas no âmbito supramencionado e os imóveis afetos a cuidados primários de saúde. Posteriormente, caso a Câmara Municipal considere pertinente, poderá promover uma reunião de trabalho para ser discutida a transferência das competências “*em si*”.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta, com a abstenção dos Vereadores do PS.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes justificou o sentido de voto dos Vereadores do PS reafirmando que esta matéria é unanimemente reconhecida como estruturante em termos de gestão autárquica, pelo que consideram que deveriam ter sido chamados a participar numa discussão prévia sobre o assunto.

Assim, e pese embora os Vereadores do PS compreendam alguns dos fundamentos que são invocados no despacho a ratificar, não podem deixar de se abster, sugerindo que o Executivo, de uma vez por todas, tenha em linha de conta o diálogo e o debate interno.

6. SPORT CASTANHEIRA DE PERA E BENFICA – PEDIDOS DE CEDÊNCIA DOS BALNEÁRIOS DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO E DE TRASPORTE, BEM COMO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS

Presentes e-mails do Sport Castanheira de Pera e Benfica, a solicitar transporte e autorização para utilização dos balneários do Pavilhão Municipal, no âmbito do Campeonato Distrital 1.ª Divisão Juvenis Masculinos – Grupo B, 1.ª Fase, do 3.º Torneio Distrital Infantis Sub/12 – Série “E”, organizados pela Associação de Futebol de Leiria, e de um jogo de veteranos, organizado pelo Sport Castanheira de Pera e Benfica, bem como a isenção das respetivas taxas.

Considerando que a atividade física e o desporto contribuem para a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da saúde da população, inserindo-se este domínio nas atribuições e competências do Município, conforme decorre do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando a inegável mais-valia que o Sport Castanheira de Pera e Benfica, Instituição de Utilidade Pública, representa no fomento da atividade desportiva local e na ocupação de tempos livres, nomeadamente, no seio da comunidade mais jovem;

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar as decisões de cedência de transporte do dia 23 de março de 2019 e de cedência dos balneários do pavilhão gimnodesportivo dos dias 9, 16 e 23 de março de 2019, com isenção do pagamento das respetivas taxas.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 6/2019

Reunião Ordinária de 29 de março de 2019

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere dar deferimento aos pedidos para as restantes datas, bem como ao pedido de isenção do pagamento das taxas devidas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade.

7. DIREÇÃO - GERAL DA EDUCAÇÃO – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ESTÉTICA E ARTÍSTICA – PROJETO RESIDÊNCIA ARTÍSTICA (R-A) NO AGRUPAMENTO DE DR. BISSAYA BARRETO - APOIO

Presente e-mail remetido pela Direção-Geral da Educação, comunicando que, na sequência do Programa de Educação Estética e Artística, iniciativa daquela entidade, em articulação interministerial com o Ministério da Cultura, a violinista Veliyana Yordanova irá dinamizar a Residência Artística (R-A) no Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto, destinada a crianças do primeiro ciclo do ensino básico, com o objetivo de integrar as práticas artísticas no dia-a-dia dos alunos, durante a semana de 1 a 5 abril de 2019.

No âmbito da iniciativa em apreço vem a Direção-Geral da Educação solicitar também a colaboração e apoio do Município, nomeadamente, no que concerne às deslocações, alojamento e refeições da artista, bem como à aquisição e a estampagem de t-shirts a utilizar pelas crianças que irão ser abrangidas pela mesma.

Considerando o manifesto interesse da atividade em causa, designadamente ao nível do contributo que terá na sensibilização das crianças para o mundo das artes, em particular da música, e para a importância daquelas enquanto veículo privilegiado para expressar o sentir de cada indivíduo;

Considerando que a arte está presente nas várias vertentes da vivência humana e influencia a área cognitiva, social e psicológica das crianças, fomentando uma visão mais crítica e percetiva da realidade que as rodeia;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere conceder o apoio solicitado, no limite das suas competências e dos recursos existentes e disponíveis no Município.

Mais se propõe que, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal delibere ratificar as decisões já tomadas sobre esta matéria.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade em minuta.

8. MARIA DA PIEDADE NEVES LEITÃO – PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente requerimento apresentado por Maria da Piedade Neves Leitão, solicitando autorização para proceder à instalação de rulote para venda de farturas, no local habitual (lado direito do alçado principal do edifício dos CTT), no período de 15 de março a 15 de abril de 2019.

Presente informação/ análise técnica emitida pelo Serviço de Fiscalização, que se pronunciou no sentido de não se vislumbrar qualquer inconveniente na pretensão da requerente.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 6/2019

Reunião Ordinária de 29 de março de 2019

Considerando que o pedido apresentado não viola quaisquer normas do Regulamento Municipal da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes;

Considerando que a venda ambulante pode constituir um fator dinamizador do Concelho e tendo também em atenção os direitos e interesses legalmente reconhecidos a este setor de atividade;

Considerando que não existiam impedimentos que obstassem à apreciação do pedido;

Foi emitida a autorização solicitada, propondo-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o respetivo despacho de deferimento do pedido.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade em minuta.

9. UNIÃO RECREATIVA SAPATEIRENSE – REALIZAÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO – PEDIDO DE APOIO

Presente carta da União Recreativa Sapateirense, datada de 12/03/2019, a informar que tenciona realizar obras de conservação num muro de suporte de terras anexo ao polidesportivo da sua propriedade, uma vez que o mesmo constitui perigo para a segurança dos utilizadores, e a solicitar a colaboração do Município para o efeito.

Presente também informação emitida em 21/03/2019 pelo Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais, atestando que o muro em causa apresenta deficiências estruturais e necessita de intervenção e informando sobre a quantidade estimada de material necessário para a execução da mesma.

Considerando o indiscutível papel do associativismo na sociedade atual, nomeadamente no que respeita ao seu contributo para manter a identidade das populações, mas também para reforçar a capacidade de intervenção cívica dos cidadãos na comunidade onde se encontram inseridos;

Considerando a natureza da União Recreativa Sapateirense e o propósito subjacente ao pedido formulado pela mesma, no sentido de garantir a segurança dos utilizadores do mencionado polidesportivo;

Propõe-se que, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere aceder ao solicitado, através da cedência à requerente do seguinte material: 220 blocos de betão 50x20x20 e 28 sacos de cimento.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

10. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. BISSAYA BARRETO – CASTANHEIRA DE PERA – PEDIDO DE COMPARTICIPAÇÃO DE DESPESA DE TRANSPORTE

Presente ofício do Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto - Castanheira de Pera, datado de 14/03/2019, remetendo, para efeitos de comparticipação, fotocópia da fatura no valor de 425,00 € (quatrocentos e vinte e



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 6/2019

Reunião Ordinária de 29 de março de 2019

cinco euros) referente à deslocação de 39 alunos do 2.º Ciclo ao Porto, em 26/02/2019.

Considerando que as visitas de estudo são, por norma, atividades bastante enriquecedoras do percurso escolar dos alunos, permitindo-lhes adquirir novos conhecimentos e vivenciar ambientes e realidades diferentes do habitual;

Considerando que face ao valor das referidas faturas, bem como ao facto de, em regra, cada aluno suportar um custo de 5,00 € (cinco euros) nestas deslocações, a comparticipação em causa ascende ao montante de 230,00 € (duzentos e trinta euros);

Propõe-se que, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao solicitado, autorizando a transferência para o Agrupamento de Escolas do montante supra indicado (230,00 €).

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

11. QUADRADO ACOLHEDOR – PEDIDO DE LUGAR PARA ESTACIONAMENTO

Ponto retirado da ordem do dia.

12. FADAS E ALVORADAS, UNIPessoal, LDA. – PEDIDO DE ESTACIONAMENTO PRIVATIVO

Ponto retirado da ordem do dia.

13. BALANCETE

Foi presente o balancete referente ao dia 27 de março de 2019, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.358.367,45 € (dois milhões trezentos e cinquenta e oito mil trezentos e sessenta e sete euros e quarenta e cinco centavos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.309.222,01 € (dois milhões trezentos e nove mil duzentos e vinte e dois euros e um centavo) e as operações não orçamentais no valor de 49.145,44 € (quarenta e nove mil cento e quarenta e cinco euros e quarenta e quatro centavos). Os movimentos de Tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.368.510,75 € (dois milhões trezentos e sessenta e oito mil quinhentos e dez euros e setenta e cinco centavos), valor que inclui o montante de 10.143,30 € (dez mil cento e quarenta e três euros e trinta centavos) em documentos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

14. PAGAMENTOS

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 08/03/2019 e 27/03/2019, registados sob os números 201, 268 a 357, 400 a 409 e 411 a 414, no valor total de 521.507,18 € (quinhentos e vinte e um mil quinhentos e sete euros e dezoito centavos), respeitantes a despesas orçamentais.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

15. ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OOPÇÕES DO PLANO DE 2019



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 6/2019

Reunião Ordinária de 29 de março de 2019

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 5.ª Alteração às Grandes Opções do Plano, no valor de 5.600,00 € (cinco mil e seiscentos euros), no Plano Plurianual de Investimentos, por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

16. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2019

Propõe-se que a Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, delibere aprovar a 5.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 400,00 € (quatrocentos euros), por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

17. FATURAÇÃO RELATIVA AO CONSUMO DE ÁGUA/NOVEMBRO DE 2018

Ponto retirado da ordem do dia.

18. PEDIDO DE CONFIRMAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE IMÓVEL

Presente o requerimento n.º 1121/2019, de 15 de março de 2019, apresentado por MARIA COUTINHO D' ALMEIDA GAMA HENRIQUES, solicitando a emissão de certidão atestando que o prédio/edificação, com o artigo matricial n.º 50, sito em Rua 14 de julho, vila de Castanheira de Pera, da União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, se encontra em estado de ruínas ou que não possui condições de habitabilidade.

Presente o Auto de Vistoria n.º 2/SPOPU/2019, datado de 26 de março de 2019, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

Propõe-se que, com base nos fundamentos constantes do aludido auto de vistoria, a Câmara Municipal delibere, a confirmação do estado de ruína do prédio/edificação com o artigo matricial n.º 50 considerando, que o mesmo não reúne condições para ser utilizado como habitação, de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

19. ARTIGO 89.º DO DECRETO – LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO (DEVER DE CONSERVAÇÃO DO EDIFICADO) – TOMADA DE DECISÃO

Presente o Auto de Vistoria n.º 1/SPOPU/2019, datado de 26 março de 2019, relativo a uma edificação sita Rua Dr. Eduardo Correia, n.º 12/14, vila de Castanheira de Pera, União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 6/2019

Reunião Ordinária de 29 de março de 2019

Com base nos fundamentos constantes do aludido auto de vistoria, propõe-se que a Câmara Municipal delibere proceder à notificação do proprietário do mencionado prédio para que, no prazo de dois meses, proceda à realização de obras de conservação necessárias à correção das más condições de segurança e salubridade, tudo nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março.

Mais se propõe que, e em caso de incumprimento, a Câmara Municipal delibere a tomada de posse administrativa com as consequências legais, ao abrigo do disposto no artigo 107.º da legislação anteriormente mencionada.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

20. PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES, AFETADAS PELO INCÊNDIO DE JUNHO DE 2017 – APRECIÇÃO DE REQUERIMENTOS E RATIFICAÇÃO DE DESPACHOS

Considerando que, por deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 24/01/2019, foi deliberado indeferir a pretensão do requerente cujo processo corre neste Município sob o número de ordem SF3, tendo o mesmo, nessa sequência, sido notificado para exercer, querendo, o direito de audiência.

Considerando que o requerente, em 18/03/2019, veio apresentar exposição no âmbito do exercício daquele direito;

Considerando que, em 20/03/2019, foi emitido Parecer pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo pronunciando-se no sentido de que os factos e fundamentos que deram origem ao projeto de indeferimento do pedido não sofreram alterações, face aos argumentos aduzidos pelo requerente na pronúncia efetuada, emitindo, assim, parecer no sentido da manutenção da decisão de indeferimento no seus precisos termos.

Propõe-se, nos termos e com os fundamentos do Parecer do Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo emitido em 20/03/2019 cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo desta deliberação parte integrante, que a Câmara Municipal delibere manter, nos seus precisos termos, a decisão de indeferimento tomada em deliberação camarária de 24/01/2019.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

21. PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES, AFETADAS PELO INCÊNDIO DE JUNHO DE 2017 – APRECIÇÃO DE REQUERIMENTOS E RATIFICAÇÃO DE DESPACHOS

Presentes despachos proferidos no âmbito do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações não Permanentes, afetadas pelo Incêndio de junho 2017, pronunciando-se em sentido desfavorável à pretensão dos requerentes titulares dos processos que correm termos nesta Câmara Municipal sob os números de ordem BA1, BA4, SP1, SP4, SV2, SV3, SV4, TO1, SF4, MO2, MO3, MO4 e VI1, nos termos e com os fundamentos constantes dos respetivos



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 6/2019

Reunião Ordinária de 29 de março de 2019

pareceres emitidos pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo do Município.

Presente também despacho proferido no mesmo âmbito, pronunciando-se em sentido favorável à pretensão da requerente no que se refere à reconstrução da habitação e indeferindo a pretensão relativa à reconstrução do anexo no que concerne ao processo que corre termos nesta Câmara Municipal sob o número de ordem MO5.

Presente ainda despacho proferido no mesmo âmbito, pronunciando-se, igualmente, em sentido favorável à pretensão da requerente no que se refere à reconstrução da habitação e indeferindo a pretensão relativa à reconstrução do anexo no que concerne ao processo que corre termos nesta Câmara Municipal sob o número de ordem BA3.

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar os despachos supra indicados, que aqui se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais e cujas cópias se anexam à presente deliberação, fazendo da mesma parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

22. PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES, AFETADAS PELO INCÊNDIO DE JUNHO DE 2017 – APRECIACÃO DE REQUERIMENTOS E RATIFICAÇÃO DE DESPACHOS

Presente despacho proferido no âmbito do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações não Permanentes, afetadas pelo Incêndio de junho 2017, pronunciando-se em sentido favorável à pretensão do requerente titular do processo que corre termos nesta Câmara Municipal sob os números de ordem SP2, nos termos e com os fundamentos constantes do respetivo parecer emitido pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo do Município.

Considerando que posteriormente ao despacho supra referido e à consequente notificação do requerente foi detetado um manifesto lapso de escrita no valor a atribuir, que se impõe corrigir.

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho supra indicado, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais e cuja cópia se anexa à presente deliberação, fazendo da mesma parte integrante.

Mais se propõe que a Câmara Municipal delibere corrigir o lapso de escrita detetado, nos seguintes termos: no parecer, onde se lê “(...) apoio no montante de 8 346 €” deve passar a ler “(...) apoio no montante de 8 361,60 €”, ratificando-se e/ou aprovando-se o parecer em causa, conforme reescrito em 29/03/2019, cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais fazendo da mesma parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 6/2019

Reunião Ordinária de 29 de março de 2019

23. PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES, AFETADAS PELO INCÊNDIO DE JUNHO DE 2017 – APRECIÇÃO DE REQUERIMENTOS E RATIFICAÇÃO DE DESPACHOS

Presente Parecer emitido pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo, referente ao requerimento/processo sob o número de ordem BA7 apresentado no âmbito do Regulamento Municipal do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações não Permanentes, afetadas pelo Incêndio de junho 2017, pronunciando-se em sentido favorável à pretensão da requerente.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o referido pedido/processo, melhor identificado no respetivo parecer do Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo supra indicado, nos termos e com os fundamentos constantes do mesmo, cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

24. PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES, AFETADAS PELO INCÊNDIO DE JUNHO DE 2017 – APRECIÇÃO DE REQUERIMENTOS E RATIFICAÇÃO DE DESPACHOS

Presente Parecer emitido pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo, referente ao requerimento/processo sob o número de ordem MO8 apresentado no âmbito do Regulamento Municipal do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações não Permanentes, afetadas pelo Incêndio de junho 2017, pronunciando-se em sentido favorável à pretensão da requerente.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o referido pedido/processo, melhor identificado no respetivo parecer do Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo supra indicado, nos termos e com os fundamentos constantes do mesmo, cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

25. PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES, AFETADAS PELO INCÊNDIO DE JUNHO DE 2017 – APRECIÇÃO DE REQUERIMENTOS E RATIFICAÇÃO DE DESPACHOS

Presente Parecer emitido pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo, referente ao requerimento/processo sob o número de ordem FE1 apresentado no âmbito do Regulamento Municipal do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações não Permanentes, afetadas pelo Incêndio de junho 2017, pronunciando-se em sentido favorável à pretensão do requerente.

Considerando que a proposta de decisão favorável formulada no Parecer já identificado assenta numa outra proposta aí enunciada, desta feita, no que concerne ao estabelecimento de um critério, não expressamente constante do já referido Regulamento, a aplicar às situações em que os proponentes apenas



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 6/2019

Reunião Ordinária de 29 de março de 2019

solicitem apoio para as despesas com os materiais aplicados, ou a aplicar, nas habitações que integram o âmbito de aplicação daquele instrumento regulamentar.

Considerando que a indicada proposta reflete a leitura sistemática do Regulamento, traduz a letra e o espírito do mesmo, é consentânea com os preços de mercado, não viola quaisquer normas ou princípios aplicáveis à presente matéria, e que a tomada de decisão sobre a mesma é da competência da Câmara Municipal conforme dispõe no artigo 21.º do Regulamento.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

- a) Aprovar, com efeitos imediatos, a proposta de critério a aplicar às situações em que o requerente/beneficiário no âmbito do Regulamento já identificado vem pedir apoio apenas para montantes relativos aos materiais não incluindo a mão-de-obra;
- b) Deferir o presente pedido/processo, melhor identificado no respetivo parecer do Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo supra indicado, tudo nos termos e com os fundamentos supra expostos e os constantes daquele parecer cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo desta deliberação parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

26. PROJETO DA 1.ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO – DECISÃO APÓS CONSULTA PÚBLICA

Considerando que, em 27 de dezembro de 2018, foi aprovado em Reunião de Câmara o projeto referente à 1.ª Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município de Castanheira de Pera;

Considerando que, em 1 de fevereiro de 2019, foi publicado, em Diário da República n.º 23, II Série, o Edital n.º 224/2019, divulgando o início do período de discussão pública sobre o projeto de alteração do regulamento suprarreferido, tendo igualmente sido efetuada a divulgação de tal período através de colocação de edital nos locais de estilo e na página do Município;

Considerando que no período de participação pública não foi apresentada nenhuma exposição.

Propõe-se que, a Câmara Municipal aprove o Projeto da 1.ª Alteração do Regulamento Municipal de Castanheira de Pera e o submeta à aprovação da Assembleia Municipal.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

27. EMPREITADAS MUNICIPAIS – FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DA SEGURANÇA EM OBRA – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente despacho proferido pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, em 11/03/2019, no âmbito da empreitada “Intervenções de estabilização de Emergência Pós-Incêndio/Incêndio 2017 (Incêndio Florestal de Pedrógão Grande)”, alterando o gestor do contrato, clarificando a composição da fiscalização e identificando/designando o coordenador da segurança em obra.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 6/2019

Reunião Ordinária de 29 de março de 2019

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o indicado despacho.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

28. EMPREITADAS MUNICIPAIS – FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DA SEGURANÇA EM OBRA – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente despacho proferido pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, em 11/03/2019, no âmbito da empreitada “Medidas Emergentes nas Áreas de Intervenção Prioritárias de Proteção dos Recursos Hídricos Afetados”, determinando a alteração da segurança em obra e mantendo a composição da fiscalização inicialmente designada para acompanhar a empreitada.

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o indicado despacho.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

29. BAIRRO OPERÁRIO – CONSTRUÇÃO DE MURO

Presente informação/análise técnica elaborada pelo Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais em 28/03/2019, relativa à construção de um muro de contenção para suporte de talude, junto ao lote 6 do Bairro Operário, vila de Castanheira de Pera.

Considerando a análise técnica efetuada, que conclui pela necessidade de ser intervencionado o aludido muro, bem como pela concorrência de causas que levaram ao estado atual em que o mesmo se encontra, com responsabilidades partilhadas entre a proprietária do lote 6 e este Município;

Considerando ainda que, pese embora o já referido, e conforme também consta da indicada informação/análise técnica, a falta de drenagem adequada da estrada adjacente ao talude provoca infiltrações que, com o decurso do tempo, sempre levariam à desestabilização do mesmo;

Considerando a solução ínsita no parecer como adequada face ao circunstancialismo descrito;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere assumir os custos relativos à aquisição do material necessário à construção do muro, ficando a mão-de-obra a cargo da proprietária do lote 6, tudo nos termos e com os fundamentos constantes da informação/análise técnica supra identificada, cuja cópia se anexa à presente deliberação, dando-se aqui por reproduzida para todos os efeitos legais.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

30. EMPREITADA MEDIDAS EMERGENTES NAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIAS DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS AFETADOS PELOS INCÊNDIOS DE 17 A 24 DE JUNHO DE 2017 – PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Ponto retirado da ordem do dia.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 6/2019

Reunião Ordinária de 29 de março de 2019

31. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Usou da palavra o Sr. António Coelho Henriques Antão, para alertar sobre o estado de degradação da estrada que vai do lavadouro da Gestosa Cimeira em direção à antiga fábrica de alcatrão, local conhecido por Azinhagas, pedindo para que o Executivo tivesse em consideração essa situação e que mandasse colocar algumas carradas de pedra, fazendo um tipo de calçada, de forma a endireitar a estrada.

Seguidamente, chamou à atenção para o facto dos proprietários da empresa Moitipau terem, com as suas máquinas, danificado a estrada que liga o mesmo lavadouro, mas em direção às Fontes, criando grandes constrangimentos à circulação naquela via.

Em resposta, a Sra. Presidente informou que essa situação iria ser resolvida com a intervenção nas estradas florestais, a norte e sul do concelho.

Em análise à reportagem que foi transmitida por uma estação de televisão nacional e da forma como esta e outras têm chegado ao conhecimento das pessoas, interveio o Sr. João Cláudio Mendes Maria, para sugerir ao Executivo que mantivesse um caminho de união na tentativa de passar para a opinião pública a defesa do bom nome de Castanheira de Pera.

No uso da palavra, o Sr. Vereador António Henriques referiu que a preocupação de trazer o assunto da reportagem à reunião, é precisamente essa, pois a imagem que se tem vindo a criar neste território é extremamente negativa.

Em complemento, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes acrescentou ainda que, efetivamente, a gestão dos visados, nomeadamente em Pedrógão Grande, ao nível pessoal e político, não foi feliz, acrescentando que se se sabe de antemão que está a ser vinculada uma informação que é uma inverdade, também deve existir a obrigação de a desmentir.

ENCERRAMENTO

32. ENCERRAMENTO

Não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram dezasseis horas e cinquenta e três minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: _____

A Secretária: _____